



# TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 21ª REGIÃO

## Concurso Público para Provimento de Cargos de Analista Judiciário – Área Judiciária

### P R O V A

### Conhecimentos Gerais Conhecimentos Específicos

### I N S T R U Ç Õ E S

- Verifique se este caderno:
  - corresponde a sua opção de cargo
  - contém 70 questões, numeradas de 1 a 70Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.  
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

#### VOCÊ DEVE:

- procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- verificar no caderno de prova qual a letra (A, B, C, D, E) da resposta que você escolheu.
- marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, fazendo um traço bem forte no quadrinho que aparece abaixo dessa letra.

#### ATENÇÃO

- Marque as respostas primeiro a lápis e depois cubra com caneta esferográfica de tinta preta.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquina calculadora.
- Você terá 3 horas e 30 minutos para responder a todas as questões e preencher a Folha de Respostas.
- Devolva este caderno de prova ao aplicador, juntamente com sua Folha de Respostas.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

## CONHECIMENTOS GERAIS

**Atenção:** As questões de números 1 a 12 referem-se ao texto que segue.

### **Ganhamos a guerra, não a paz**

Os físicos se encontram numa posição não muito diferente da de Alfred Nobel. Ele inventou o mais poderoso explosivo jamais conhecido até sua época, um meio de destruição por excelência. Para reparar isso, para aplacar sua consciência humana, instituiu seus prêmios à promoção da paz e às realizações pacíficas. Hoje<sup>(\*)</sup>, os físicos que participaram da fabricação da mais aterradora e perigosa arma de todos os tempos sentem-se atormentados por igual sentimento de responsabilidade, para não dizer culpa. E não podemos desistir de advertir e de voltar a advertir, não podemos e não devemos relaxar em nossos esforços para despertar nas nações do mundo, e especialmente nos seus governos, a consciência do inominável desastre que eles certamente irão provocar, a menos que mudem sua atitude em relação uns aos outros e em relação à tarefa de moldar o futuro.

Ajudamos a criar essa nova arma, no intuito de impedir que os inimigos da humanidade a obtivessem antes de nós, o que, dada a mentalidade dos nazistas, teria significado uma inconcebível destruição e escravização do resto do mundo. Entregamos essa arma nas mãos dos povos norte-americano e britânico, vendo neles fiéis depositários de toda a humanidade, que lutavam pela paz e pela liberdade. Até agora, porém, não conseguimos ver nenhuma garantia das liberdades que foram prometidas às nações no Pacto do Atlântico. Ganhamos a guerra, não a paz. As grandes potências, unidas na luta, estão agora divididas quanto aos acordos de paz. Prometeu-se ao mundo que ele ficaria livre do medo, mas, na verdade, o medo aumentou enormemente desde o fim da guerra. Prometeu-se ao mundo que ele ficaria livre da penúria, mas grandes partes dele se defrontam com a fome, enquanto outras vivem na abundância. (...)

*Possa o espírito que motivou Alfred Nobel a criar sua notável instituição, o espírito de fé e confiança, de generosidade e fraternidade entre os homens, prevalecer na mente daqueles de cujas decisões dependem nossos destinos. Do contrário, a civilização humana estará condenada.*

(Albert Einstein, **Escritos da maturidade**. Tradução de Maria Luiza X. de A. Borges. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994)

(\*) Este texto foi escrito em 1945, logo depois do fim da II Guerra Mundial.

1. Ao escrever esse texto, o grande físico Albert Einstein preocupou-se sobretudo em formular uma grave advertência contra
  - (A) a pacificação do mundo por meio da ação de governos totalitários.
  - (B) a perigosa instabilidade gerada pelo Pacto do Atlântico.
  - (C) o novo potencial belicoso da situação de pós-guerra.
  - (D) o poder de devastação representado pelo invento de Alfred Nobel.
  - (E) o espírito do armistício assinado pelas grandes potências.
2. Considere as seguintes afirmações:
  - I. A criação e a entrega da *mais aterradora e perigosa arma de todos os tempos* aos norte-americanos e britânicos se deram em meio a uma perigosa e disputada corrida armamentista.
  - II. Einstein mostra-se insatisfeito quanto aos termos em que se configurou o Pacto do Atlântico, um acordo em si mesmo tímido e incapaz de gerar bons resultados.
  - III. Einstein inclui-se entre os responsáveis pelo término da guerra e pela derrota dos nazistas, mas declina de qualquer responsabilidade quanto a uma futura utilização da nova e devastadora arma.

Em relação ao texto, está correto APENAS o que se afirma em

- (A) I.
- (B) II.
- (C) III.
- (D) I e II.
- (E) II e III.

<p>3. A atitude de vigilância, para a qual Einstein convoca a todos nesse texto, deve materializar-se, conforme deseja o grande físico,</p> <p>(A) numa advertência contra os preocupantes riscos representados pela iminente reorganização dos nazistas.</p> <p>(B) na conscientização dos vitoriosos quanto à necessidade de se entenderem e de assumirem suas responsabilidades diante do futuro.</p> <p>(C) no cumprimento das exigências feitas pelos cientistas quando se propuseram a elaborar as condições do Pacto do Atlântico.</p> <p>(D) na manutenção das auspiciosas condições políticas do pós-guerra, marcadas pela derrota dos nazistas.</p> <p>(E) na constituição de um novo tratado que, indo de encontro ao Pacto do Atlântico, represente um esforço de real pacificação.</p>	<p>7. Quanto às normas de concordância verbal, está inteiramente correta a frase:</p> <p>(A) Einstein não deseja que se acusem os físicos de se omitirem quanto às suas responsabilidades depois da guerra, para cujo fim deram importante contribuição.</p> <p>(B) A todos aqueles que ajudaram a criar a nova e terrível arma devem-se responsabilizar por toda e qualquer omissão diante da construção do futuro da humanidade.</p> <p>(C) Não cabem aos físicos, de fato, tomar as medidas que redundem no efetivo controle da utilização da nova arma, o que não significa que eles devam se omitir sobre o assunto.</p> <p>(D) Se a quaisquer dos físicos fossem permitido tomar decisões quanto à utilização da nova arma, provavelmente haveria nelas mais sensatez do que nas dos políticos.</p> <p>(E) Não se impute aos físicos todas as responsabilidades por alguma desastrosa utilização da nova arma, pois não pertencem a eles as iniciativas políticas.</p>
<p>4. Quanto à sua construção interna, as frases <i>Ganhamos a guerra, não a paz</i> e <i>As grandes potências, unidas na luta, estão agora divididas</i> têm em comum</p> <p>(A) um jogo entre alternativas.</p> <p>(B) uma relação de causa e efeito.</p> <p>(C) a formulação de uma condicionalidade.</p> <p>(D) a articulação de uma hipótese.</p> <p>(E) a exploração de antíteses.</p>	<p>8. Transpondo-se para a voz passiva o segmento <i>que os inimigos da humanidade a obtivessem antes de nós</i>, a forma verbal resultante deverá ser</p> <p>(A) tivessem obtido.</p> <p>(B) seria obtida.</p> <p>(C) fosse obtida.</p> <p>(D) viessem a obter.</p> <p>(E) teria sido obtida.</p>
<p>5. Considerando-se o contexto, traduz-se corretamente o sentido de uma expressão do texto em:</p> <p>(A) <i>numa posição não muito diferente da de Alfred Nobel</i> = em atitude inteiramente similar à de Alfred Nobel.</p> <p>(B) <i>para aplacar sua consciência humana</i> = para obliterar seu juízo sobre a humanidade.</p> <p>(C) <i>dada a mentalidade dos nazistas</i> = em que pese a consciência dos nazistas.</p> <p>(D) <i>vendo neles fiéis depositários</i> = reconhecendo-os como confiáveis guardiões.</p> <p>(E) <i>consciência do inominável desastre</i> = concepção inevitável da tragédia.</p>	<p>9. Estando <b>inadequado</b> o emprego da expressão sublinhada, a frase será <b>corrigida</b> por meio da substituição dessa expressão pela que vem entre parênteses, em:</p> <p>(A) As liberdades <u>em cujas</u> os cientistas devem se empenhar dizem respeito ao modelo da vida democrática. (<b>das quais</b>)</p> <p>(B) Os povos <u>a cujos</u> se confiou a missão crucial de utilizar politicamente o potencial da nova arma foram os britânicos e os norte-americanos. (<b>nos quais</b>)</p> <p>(C) A instituição <u>na qual</u> criação Alfred Nobel pretendeu aplacar sua consciência premia, até hoje, aqueles que se destacam na luta pela paz. (<b>pela qual</b>)</p> <p>(D) As promessas do Pacto do Atlântico, <u>com cujas</u> se pretendia tranquilizar o mundo, deixaram de ser cumpridas pelos signatários. (<b>com as quais</b>)</p> <p>(E) Os novos desastres <u>a quem</u> Einstein temia que a humanidade viesse a se submeter permaneceram incubados no período da Guerra Fria. (<b>a cujos</b>)</p>
<p>6. <i>Possa o espírito que motivou Alfred Nobel a criar sua notável instituição, o espírito de fé e confiança, de generosidade e fraternidade entre os homens, prevalecer na mente daqueles de cujas decisões dependem nossos destinos.</i></p> <p>Observa-se que na construção do período acima, se empregou o verbo</p> <p>(A) <b>poder</b> como auxiliar do verbo <b>criar</b>.</p> <p>(B) <b>criar</b> como auxiliar do verbo <b>prevalecer</b>.</p> <p>(C) <b>motivar</b> como auxiliar de <b>prevalecer</b>.</p> <p>(D) <b>criar</b> como auxiliar do verbo <b>poder</b>.</p> <p>(E) <b>poder</b> como auxiliar do verbo <b>prevalecer</b>.</p>	

10. Está correta a grafia de todas as palavras da frase:

- (A) A dissuasão do inimigo poderoso, do qual se teme a força da obsessão irracional, pode ocorrer por meio de uma arma de potência inescandível.
- (B) Se as armas não discriminam suas vítimas, não há por que não possam voltar-se contra os que as manejem, alheias aos supostos privilégios de quem as aciona.
- (C) A cisãnia imposta pelos nazistas aqueles que não foram exterminados está na raiz de alguns conflitos que até hoje prevalecem no Oriente Médio.
- (D) Em textos sucintos, Einstein promoveu a discussão de temas melindrosos, condenando a todos os que infringem as normas democráticas.
- (E) Einstein admitia dissenções em discussões científicas, mas era intransigente quanto aos valores éticos que devem nortear nossa vida.

11. Está clara e correta a redação da seguinte frase:

- (A) Não é incomum que muitos cientistas venham se arrepender de haverem criado um artefato que o uso arbitrário acarreta malefícios, quando a intenção era oposta.
- (B) Einstein não tem dúvida quanto aos efeitos catastróficos de que os alemães tivessem acessado antes à tecnologia que os levassem à criação de uma arma tão fatídica.
- (C) Einstein, invocando o nome de Alfred Nobel, mostra compreender como são preocupantes os efeitos que podem advir da utilização de uma nova e poderosa arma.
- (D) A alternativa entre a construção de um futuro positivo e a destruição da civilização humana incluem-se naqueles que prefeririam nem pensar nela como uma realidade.
- (E) O que o título do texto conota é que se torna por vezes mais fácil de ganhar a guerra do que de alcançar a paz, pois nesta depende de que se supere a simples visão bélica.

12. *Ajudamos a criar essa nova arma no intuito de impedir que os inimigos tivessem acesso antes de nós a essa nova arma.*

Valendo-se do emprego de pronomes, estará correta a seguinte reconstrução da frase acima:

- (A) Ajudamos a criar-lhe no intuito de impedir eles de acessarem antes de nós essa nova arma.
- (B) Ajudamos a criá-la no intuito de lhes impedir o acesso dos inimigos a essa nova arma antes de nós.
- (C) Ajudamo-la a criar no intuito de impedir-lhes que eles tivessem acesso à ela antes de nós.
- (D) Ajudamos a criá-la no intuito de impedir que eles tivessem acesso a ela antes de nós.
- (E) Ajudamos a criá-la no intuito de os impedir de acessar-lhe antes de nós.

Atenção: As questões de números 13 a 15 referem-se ao texto que segue.

*Durante a travessia do rio, os romeiros temeram que o barquinho não suportasse a força da correnteza e acabasse virando. Começaram a rezar com fé e entusiasmo, mas por precaução evitavam o mínimo movimento do corpo. Deus ajuda, mas não convém facilitar.*

13. Está clara, coerente e correta a redação da seguinte versão do texto:

- (A) Já que começaram a rezar com fé e entusiasmo, os romeiros evitavam o mínimo movimento do corpo, conquanto temessem que o barquinho virasse ao não suportar a força da correnteza do rio. Não convém facilitar, se Deus ajuda.
- (B) Temendo que o barquinho não suportasse a força da correnteza do rio que estavam atravessando, os romeiros evitavam qualquer movimento do corpo enquanto rezavam com fé e entusiasmo. Sim, Deus ajuda, mas é preciso colaborar.
- (C) Os romeiros começaram a rezar com fé e entusiasmo, sendo que precavidamente evitavam o mínimo movimento do corpo ao atravessar o rio, cuja a correnteza temiam de que o barquinho não suportasse. Quando vem ajuda de Deus, convém não facilitá-la.
- (D) Muito embora evitassem o mínimo movimento do corpo enquanto rezavam com fé e entusiasmo, os romeiros preocupavam-se de que o barquinho não fosse resistindo à força da correnteza do rio. Ainda que Deus ajude, nem por isso tudo é fácil.
- (E) O mínimo movimento do corpo era evitado pelos romeiros, ao passo que começaram a rezar com fé e entusiasmo em vista de que o barquinho não suportaria a força da correnteza do rio.

14. Está inteiramente correta a pontuação do seguinte período:

- (A) Os romeiros temendo que o barquinho não suportasse a correnteza, que era forte naquele trecho do rio passaram a rezar, evitando de qualquer modo o mínimo movimento do corpo.
- (B) Se é certo que Deus ajuda – pensavam os romeiros, não custa facilitar as coisas para Ele, razão por que buscavam: não fazer o mínimo movimento – enquanto atravessam o rio de forte correnteza.
- (C) Um ato de fé – como o daqueles romeiros atravessando o rio de forte correnteza – não dispensa em todo caso, que se tomem providências facilitando-se assim, as coisas, para a Providência divina.
- (D) Entre o temor e a fé, dividiam-se os romeiros, pois a confiança na Providência divina não os eximia de se comportarem, com muita cautela, enquanto estavam na perigosa correnteza do rio.
- (E) Nem mesmo a fé em Deus dispensou os romeiros, preocupados que estavam com a força da correnteza do rio, de tomar providências práticas para que o barquinho, em sua fragilidade, não viesse a naufragar.

<p>15. O verbo indicado entre parênteses deverá se flexionar numa forma do <b>plural</b> para preencher adequadamente a lacuna da frase:</p> <p>(A) Ao percalço que ..... (<b>haver</b>) de enfrentar, responderam os romeiros com um ato de fé.</p> <p>(B) Aos romeiros não ..... (<b>convir</b>) dificultar as coisas para a Providência divina.</p> <p>(C) Tem gente que só diante dos grandes perigos é que ..... (<b>persignar-se</b>).</p> <p>(D) Aqueles a quem não ..... (<b>mover</b>) a fé abalam-se pelo temor.</p> <p>(E) Não ..... (<b>queixar-se</b>) das águas fortes quem as cruza com fé maior.</p>	<p>18. Considere as frases abaixo:</p> <p>I. De que você se queixe, eu aceito; só não admito de que você não busque superar sua dor.</p> <p>II. A fraqueza de que ele mais acusa em si mesmo é aquela de que muitos de nós não nos conformamos: a covardia.</p> <p>III. A suspeição de que sua doença seja grave só fez crescer o temor de que tenhamos sido injustos com o nosso amigo.</p> <p>O emprego da expressão <b>de que</b> está plenamente adequado APENAS em</p> <p>(A) I e III.  (B) I e II.  (C) II e III.  (D) II.  (E) III.</p>
<p>16. Estão corretas as formas dos verbos <b>intervir</b>, <b>propor</b> e <b>obter</b> empregadas na frase:</p> <p>(A) Se obtessem tudo o que propuseram, não seria preciso que a polícia tivesse intervindo.</p> <p>(B) Se a polícia não interviesse, eles teriam obtido tudo o que proporam.</p> <p>(C) No caso de a polícia intervir, eles não obterão tudo o que propuseram.</p> <p>(D) Eles só obtiveram o que propuseram porque a polícia não interviu.</p> <p>(E) O fato de a polícia ter intervindo evitou que obtessem o que antes propuseram.</p>	<p>19. Quanto à necessidade ou não de utilização do sinal de crase, a frase inteiramente correta é:</p> <p>(A) O processo correrá às expensas do denunciante, a menos que a isto se oponha a autoridade do Ministro, de cuja decisão nenhuma parte poderá vir a recorrer.</p> <p>(B) Em meio as atribuições do processo, uma das testemunhas recusou-se a comparecer a sessão, alegando à autoridade judicial, num simples bilhete à lápis, que estava acamada.</p> <p>(C) À despeito de haver provas contundentes, o juiz decidiu inocentar àquela velha senhora, a quem não falta malícia: viram quando se pôs à soluçar?</p> <p>(D) Sem advogado, o rapaz ficou à deriva, enquanto o juiz designava como sua defensora à jovem bacharel, que ainda não se submetera à uma prova de fogo, como aquela.</p> <p>(E) Ele ficou à distância, em meio as profundas hesitações que a ausência da testemunha lhe provocou: se ela não chegasse, poderia ele aspirar à que fosse adiada a sessão?</p>
<p>17. <i>Somente no caso de preenchimento deste formulário dá-se garantias do bom funcionamento do aparelho.</i></p> <p>A frase em que se corrigem a má redação e a falta de clareza da advertência acima é:</p> <p>(A) Somente no caso de se preencher este formulário garante-se o bom funcionamento do aparelho.</p> <p>(B) As garantias deste aparelho só se dão no caso de que preencham este formulário.</p> <p>(C) A validade deste termo de garantia do aparelho só se dará no caso de ser preenchida.</p> <p>(D) Este termo de garantia do aparelho só terá validade quando devidamente preenchido.</p> <p>(E) A garantia deste aparelho só terá validade caso seu termo for devidamente preenchido.</p>	<p>20. Está adequado o emprego da expressão sublinhada na frase:</p> <p>(A) Salvo melhor juízo, é indiscutível que partilhamos do mesmo julgamento: teus argumentos vêm <u>de encontro</u> aos meus.</p> <p>(B) A menos que você <u>retifique</u> seu voto, passando a acompanhar-nos em nossa decisão, não haverá como mantê-lo em nosso partido.</p> <p>(C) Em vista da notoriedade de seu mau caráter, ninguém se surpreendeu quando <u>assumiu</u> a responsabilidade pela trapaça que havia feito.</p> <p>(D) Ele se mostra <u>transigente</u> apenas nos casos em que não lhe convém arredar pé da posição que esteja defendendo com o habitual denodo.</p> <p>(E) A unanimidade na aprovação só foi alcançada porque a bancada de oposição reviu seu voto, <u>ratificando</u> a decisão do líder, renitente adversário do projeto.</p>

<p>21. O principal componente da placa-mãe de um microcomputador é denominado</p> <p>(A) BIOS.</p> <p>(B) processador.</p> <p>(C) <i>clock</i>.</p> <p>(D) <i>chipset</i>.</p> <p>(E) <i>cache</i>.</p>	<p>26. No Windows, as teclas CTRL, ALT ou SHIFT podem ser mantidas ativadas (até que se pressione outra tecla) por meio das teclas de</p> <p>(A) filtragem.</p> <p>(B) alternância.</p> <p>(C) aderência.</p> <p>(D) atalho.</p> <p>(E) travamento.</p>
<p>22. O equipamento capaz de detectar e, se necessário, desconectar da rede as estações com problemas denomina-se</p> <p>(A) <i>switch</i>.</p> <p>(B) roteador.</p> <p>(C) <i>gateway</i>.</p> <p>(D) <i>backbone</i>.</p> <p>(E) <i>hub</i> inteligente.</p>	<p>27. No Word, NÃO é permitido</p> <p>(A) dividir células na horizontal.</p> <p>(B) dividir células na vertical.</p> <p>(C) mesclar células na vertical.</p> <p>(D) dividir tabelas na horizontal.</p> <p>(E) dividir tabelas na vertical.</p>
<p>23. A tecnologia da Microsoft que fornece conteúdo interativo nas páginas da <i>Web</i> denomina-se</p> <p>(A) <i>ActiveX</i>.</p> <p>(B) <i>Active Desktop</i>.</p> <p>(C) <i>Hyperlink</i>.</p> <p>(D) ASP - Active Server Pages.</p> <p>(E) IIS - Internet Information Services.</p>	<p>28. A utilização de páginas na orientação retrato e paisagem no mesmo documento Word é possível com</p> <p>(A) layout diferente na primeira página.</p> <p>(B) layout diferente entre as páginas pares e ímpares.</p> <p>(C) quebra de página inserida.</p> <p>(D) quebra de sessão inserida.</p> <p>(E) quebra de coluna inserida.</p>
<p>24. Um banco de dados organizado em estruturas lógicas dimensionais cujas informações são voltadas para o processo decisório e para áreas específicas denomina-se</p> <p>(A) <i>data warehouse</i>.</p> <p>(B) <i>data mining</i>.</p> <p>(C) <i>data mart</i>.</p> <p>(D) <i>business intelligence</i>.</p> <p>(E) <i>competitive intelligence</i>.</p>	<p><u>Instruções:</u> As questões 29 e 30 referem-se à planilha de Excel.</p> <p>29. As células A1 e A2 selecionadas contêm, respectivamente, os valores 1 e 2. Após arrastá-las pela alça de preenchimento até a célula E2, esta célula será preenchida com</p> <p>(A) 2.</p> <p>(B) 3.</p> <p>(C) 4.</p> <p>(D) 5.</p> <p>(E) 6.</p>
<p>25. A nova tecnologia denominada <i>Bluetooth</i> utiliza um padrão de redes sem fio que</p> <p>(A) transmite informações via celular.</p> <p>(B) opera com equipamentos à curta distância.</p> <p>(C) opera com equipamentos à longa distância.</p> <p>(D) transmite informações via Internet de banda larga.</p> <p>(E) implementa conexão de banda larga para Intranet.</p>	<p>30. Dadas as células B1=5, C1=4, D1=3, E1=2 e F1=1, o resultado da fórmula =B1+C1*D1-E1/F1, na célula A1, será</p> <p>(A) 9.</p> <p>(B) 15.</p> <p>(C) 21.</p> <p>(D) 25.</p> <p>(E) 54.</p>

### CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

31. No que diz respeito à discricionariedade, é INCORRETO afirmar que

- (A) não há um ato inteiramente discricionário, dado que todo ato administrativo está vinculado à lei, pelo menos no que respeite ao fim e à competência.
- (B) está presente o juízo subjetivo do administrador quando da escolha da conveniência e da oportunidade.
- (C) a oportunidade e a conveniência do ato administrativo compõem o binômio denominado pela doutrina de mérito.
- (D) mérito é a indagação da oportunidade e da conveniência do ato administrativo, representando a sede de poder discricionário.
- (E) o Poder Judiciário pode examinar o ato discricionário, inclusive apreciando os aspectos de conveniência e oportunidade.

32. Considere o que segue:

- I. A imposição ao administrador público de uma ação planejada e transparente, com o fito de prevenir riscos e corrigir desvios suscetíveis de afetar o equilíbrio das contas públicas.
- II. Os atos praticados pela Administração Pública devem ser abstratamente genéricos e isonômicos, sem consagrar privilégios ou situações restritivas injustificadas.
- III. A autolimitação do Estado em face dos direitos subjetivos e a vinculação de toda atividade administrativa à lei, como medida de exercício do poder.

Tais disposições dizem respeito, respectivamente, aos princípios da

- (A) publicidade, legalidade e moralidade.
- (B) eficiência, impessoalidade e legalidade.
- (C) impessoalidade, publicidade e legalidade.
- (D) legalidade, eficiência e impessoalidade.
- (E) moralidade, impessoalidade e eficiência.

33. Um dos efeitos decorrente da presunção de veracidade do ato administrativo é o de que

- (A) haverá imposição a terceiros em determinados atos, independentemente de sua concordância ou aquiescência.
- (B) não há a inversão absoluta ou relativa do ônus da prova, cabendo à Administração Pública demonstrar sua legitimidade.
- (C) o Judiciário poderá apreciar *ex officio* a validade do ato, tendo em vista o interesse público relevante.
- (D) ele (ato) produzirá efeitos da mesma forma que o ato válido, enquanto não decretada sua invalidade pela própria Administração ou pelo Judiciário.
- (E) o destinatário será impelido à obediência das obrigações por ele (ato) impostas, sem necessidade de qualquer outro apoio.

34. Considere as espécies de ato administrativo:

- I. O Prefeito Municipal confere licença ou autorização para construção de um prédio comercial.
- II. O Secretário de Segurança Pública edita ato proibindo a venda de bebida alcoólica durante as eleições para mandatos políticos.
- III. O presidente do Banco Central expede orientação sobre o programa de desenvolvimento de áreas integradas do Nordeste.

Esses atos referem-se, respectivamente,

- (A) ao alvará, à resolução e à circular.
- (B) à resolução, à circular e à instrução.
- (C) ao alvará, à instrução e ao aviso.
- (D) à ordem de serviço, à portaria e à resolução.
- (E) ao alvará, ao aviso e à portaria.

35. Em relação ao ato administrativo,

- I. sua revogação funda-se na ilegalidade do ato e pode ser total ou parcial.
- II. a anulação funda-se em razões de oportunidade e conveniência e decorre do processo judicial.
- III. sua revogação é ato da própria Administração.
- IV. a anulação pode ser ato da própria Administração ou deriva de decisão judicial.
- V. a revogação gera efeito *ex nunc*, enquanto que anulação produz efeito *ex tunc*.

Está correto APENAS o que se afirma em

- (A) I, II e III.
- (B) I, IV e V.
- (C) II, III e IV.
- (D) II, III e V.
- (E) III, IV e V.

36. No que tange à vinculação, é correto afirmar que

- (A) o ato vinculado, por ser decorrente do poder, não está sujeito a qualquer controle.
- (B) a Administração pode negar o benefício, ainda que implementada a condição legal.
- (C) o particular, preenchidos os requisitos, tem o direito subjetivo de exigir a edição do ato.
- (D) é prerrogativa do Poder Executivo e seus órgãos, não tendo aplicabilidade aos demais poderes.
- (E) ela se confunde com a discricionariedade do ato administrativo, sendo irrelevante a distinção.

<p>37. "X", Secretário Municipal de Habitação, adotou as providências necessárias para a venda de lotes no Município, adquirindo um deles, contíguo ao seu, na mesma oportunidade, beneficiando-se da valorização decorrente da agregação de área. O ato foi justificado com a singela menção de um dispositivo legal e a expressão "notória urgência".</p> <p>Nesse caso,</p> <p>(A) o interesse público sobrepõe-se ao particular em razão da valorização da área e a motivação é suficiente.</p> <p>(B) o interesse particular sobrepõe-se ao interesse público e apresenta falta de motivação, ocorrendo desvio de finalidade.</p> <p>(C) o Secretário Municipal não agiu com desvio de finalidade ou de poder, porque era competente para a prática do ato.</p> <p>(D) o interesse particular confunde-se com o interesse público em razão da "notória urgência" para o interesse municipal.</p> <p>(E) o ato é legal porque o Secretário era competente, estava presente a adequação do ato ao seu fim legal e o objeto era possível.</p>	<p>40. Na licitação objetivando a construção de dependência para a instalação de Junta de Conciliação e Julgamento, as empresas "A", "B" e "C" participarão em consórcio. Nesse caso, dentre outras normas, dever-se-á observar</p> <p>(A) a comprovação de compromisso público ou particular de constituição do consórcio, subscrito pelos consorciados.</p> <p>(B) que a responsabilidade será exclusiva da empresa a que coube a liderança pelos atos praticados em consórcio, na fase de licitação.</p> <p>(C) a possibilidade de participação da empresa consorciada, na mesma licitação, através de mais de um consórcio ou isoladamente.</p> <p>(D) que, no consórcio de empresa brasileira e estrangeira, a liderança será exercida por livre escolha, inclusive por uma empresa estrangeira.</p> <p>(E) que a liderança será exercida pela empresa que possuir maior tempo de funcionamento e valor patrimonial.</p>
<p>38. "Y", servidor público do Tribunal Regional do Trabalho foi designado para substituir "Z", que está regularmente afastado de sua função de dirigente de unidade. Nesse caso, "Y"</p> <p>(A) assume isolada ou cumulativamente, com ou sem prejuízo do cargo que ocupa, o exercício do cargo de "Z", e com a remuneração acrescida de vinte por cento.</p> <p>(B) não poderá assumir o exercício do cargo de "Z", porque essa unidade administrativa está organizada em nível de assessoria.</p> <p>(C) deve assumir isoladamente, com prejuízo do cargo que ocupa, o exercício do cargo de "Z", devendo optar pela remuneração de um deles.</p> <p>(D) assumirá automática e cumulativamente, sem prejuízo do cargo que ocupa, o exercício do cargo de "Z", devendo optar pela remuneração de um deles.</p> <p>(E) pode assumir o exercício isolado do cargo de "Z", porque a unidade está organizada em nível de assessoria, mas sua remuneração original não pode ser alterada.</p>	<p>41. Temístocles, alegando motivos relacionados com sua convicção política, negou-se a prestar o serviço militar e, alegando as mesmas convicções, recusou-se a cumprir obrigação alternativa. Nesse caso, Temístocles</p> <p>(A) está correto em seu procedimento, visto que ninguém pode ser obrigado a fazer alguma coisa senão em virtude de lei.</p> <p>(B) alegou legítima escusa de consciência, uma vez que sua convicção política é contrária à prestação de qualquer serviço ao Estado.</p> <p>(C) perderá seus direitos políticos e, sendo a perda definitiva, não mais poderá recuperá-los.</p> <p>(D) terá seus direitos políticos suspensos e essa situação perdurará até que cumpra a obrigação alternativa.</p> <p>(E) não tem direito à escusa de consciência porque o serviço militar é obrigação imposta a todos os brasileiros.</p>
<p>39. O servidor público que, a serviço, afastar-se da sede em caráter eventual ou transitório para outro ponto do território nacional ou para o exterior, fará jus à passagens e</p> <p>(A) indenização de serviço extraordinário.</p> <p>(B) ajuda de custo.</p> <p>(C) diárias.</p> <p>(D) indenização especial.</p> <p>(E) gratificação de moradia.</p>	<p>42. A Constituição Federal estabeleceu que "não haverá juízo ou tribunal de exceção". Analisando esse preceito, pode-se dizer que</p> <p>(A) não é possível, para dirimir conflitos fundiários, a designação, pelos Tribunais de Justiça, de juízes com competência exclusiva para questões agrárias.</p> <p>(B) o Tribunal do Júri, a partir da atual Constituição, acha-se em situação de duvidosa constitucionalidade, em virtude de os jurados não serem juízes togados.</p> <p>(C) aí está o princípio do juiz natural, segundo o qual somente os juízes, tribunais e órgãos jurisdicionais anteriormente previstos na Constituição têm o poder de julgar.</p> <p>(D) as Justiças Militares são uma excrescência, representando sua existência uma flagrante inconstitucionalidade, por se tratar, por excelência, de um tribunal de exceção.</p> <p>(E) a Constituição Federal não aceita mais as justiças especializadas contempladas pelas leis de organização judiciária, visto que elas se enquadram na proibição de juízos de exceção.</p>



<p>43. Quanto aos direitos sociais previstos na Constituição Federal, pode-se afirmar que têm os mesmos direitos:</p> <p>(A) servidores públicos e trabalhadores rurais.  (B) trabalhadores urbanos e servidores públicos.  (C) trabalhadores rurais e trabalhadores domésticos.  (D) trabalhadores urbanos e trabalhadores rurais.  (E) trabalhadores domésticos e trabalhadores urbanos.</p>	<p>47. O Congresso Nacional rejeitou projeto de emenda constitucional modificando a idade para aposentadoria compulsória. Nesse caso,</p> <p>(A) nova proposta sobre essa matéria ficará sujeita, se aprovada a emenda, à apreciação obrigatória em referendo popular.  (B) requerimento de dois terços dos membros do Congresso Nacional permitirá a apreciação dessa matéria na mesma sessão legislativa.  (C) fica impedida, por dez anos, a apreciação de nova proposta sobre a mesma matéria.  (D) só a autorização prévia em plebiscito permitirá a apreciação de nova proposta sobre a mesma matéria.  (E) essa matéria não poderá ser objeto de nova proposta na mesma sessão legislativa.</p>
<p>44. A Constituição Federal reconhece as línguas dos índios (art. 231, <i>caput</i>) e assegura às comunidades indígenas também a utilização de suas línguas maternas (art. 210, § 2º). De outra parte, afirma que a língua portuguesa é o idioma oficial da República Federativa do Brasil. Assim,</p> <p>(A) só a língua portuguesa é oficial e as línguas indígenas podem ser usadas privadamente, mas, por exemplo, não pode haver educação nessas línguas.  (B) a língua oficial do país é o português, mas, nas comunidades indígenas, a língua materna tupi-guarani também é oficial, ao lado daquela.  (C) cada comunidade indígena tem sua língua como oficial ao lado da língua portuguesa, que é a única oficial nacional.  (D) temos tantas línguas oficiais quantas são as línguas indígenas, além da oficial língua portuguesa, todas utilizáveis no território nacional.  (E) temos uma única língua oficial e, nas comunidades indígenas, as línguas maternas também são reconhecidas e podem ser utilizadas, mas a oficial é a língua portuguesa.</p>	<p>48. Além de substituir o Presidente, no caso de impedimento, e de sucedê-lo, no caso de vacância, o Vice-Presidente da República</p> <p>(A) será o Presidente nato do Conselho de Defesa Nacional, órgão de consulta do Presidente da República nos assuntos de soberania nacional.  (B) será o Presidente nato do Conselho da República, órgão superior de consulta do Presidente da República.  (C) auxiliará o Presidente, sempre que por ele for convocado para missões especiais.  (D) continuará, se o quiser, no exercício de mandato parlamentar, se, ao ser eleito, era Senador com mandato ainda por cumprir.  (E) ficará impedido de exercer qualquer cargo durante o mandato, mas não dependerá de autorização do Congresso Nacional para ausentar-se do país por qualquer período.</p>
<p>45. Os recursos naturais da plataforma continental são bens que pertencem</p> <p>(A) à União Federal e ao Estado de cujo território é prolongamento natural.  (B) ao Estado de cujo território é prolongamento natural.  (C) ao Município de cujo território é prolongamento natural.  (D) à União Federal.  (E) ao Estado e ao Município de cujo território é prolongamento natural.</p>	<p>49. O subsídio dos Ministros dos Tribunais Superiores corresponde a uma percentagem do subsídio dos Ministros do Supremo Tribunal Federal. Essa percentagem é de</p> <p>(A) 95%  (B) 93%  (C) 90,25%  (D) 87,5%  (E) 85,25%</p>
<p>46. A apreciação do ato de concessão de uma emissora de televisão é matéria da competência</p> <p>(A) do Presidente da República, que decidirá por decreto sobre o ato concessivo do Senado Federal.  (B) exclusiva do Congresso Nacional, sem sanção do Presidente da República.  (C) do Senado Federal, que baixará resolução a respeito, depois de aprovação pela Comissão de Comunicações.  (D) privativa do Supremo Tribunal Federal, que julgará a regularidade do ato concessivo.  (E) da Câmara dos Deputados, a Casa do Povo, que avaliará, por resolução, a regularidade do ato concessivo.</p>	<p>50. O Ministério Público goza de inúmeras garantias e prerrogativas em razão de suas altas funções de defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis. Uma dessas garantias é aquela segundo a qual o Procurador Geral da República só pode ser destituído por iniciativa do Presidente da República, que deverá ser precedida de autorização da maioria absoluta</p> <p>(A) do Congresso Nacional.  (B) do Senado Federal.  (C) da Câmara dos Deputados.  (D) do Supremo Tribunal Federal.  (E) do Colégio de Procuradores da República.</p>

<p>51. Considere as afirmativas:</p> <p>I. A ajuda de custo, paga a título de ressarcimento de despesas feitas pelo empregado, integra o salário quando excede a 50% do valor deste.</p> <p>II. As gorjetas integram o salário do empregado apenas e tão-somente quando cobradas compulsoriamente na fatura ou nota apresentada ao cliente.</p> <p>III. As diárias para viagem pagas ao empregado integram o salário quando excederem de 50% do valor deste.</p> <p>IV. Os vestuários fornecidos pelo empregador e utilizados para a prestação de serviços integram a remuneração.</p> <p>Está correto APENAS o que se afirma em</p> <p>(A) I. (B) II. (C) III. (D) II e III. (E) III e IV.</p>	<p>54. Ocorrendo a sucessão de empregadores,</p> <p>(A) não há transferência de responsabilidade do sucedido para o sucessor, ainda que haja mudança na estrutura jurídica da empresa.</p> <p>(B) subsistem os direitos trabalhistas adquiridos pelos empregados, tendo em vista que a sucessão, por si só, não afeta os respectivos contratos de trabalho.</p> <p>(C) os contratos de trabalho são atingidos, uma vez que a sucessão representa alteração na propriedade da empresa.</p> <p>(D) o novo empregador não assume as obrigações trabalhistas contraídas por seu antecessor, por serem anteriores à sua gestão na empresa.</p> <p>(E) é válido o acordo entre o sucessor e o sucedido, atribuindo a este as obrigações trabalhistas.</p>
<p>52. Um temporal muito forte provocou o destelhamento de uma empresa e houve interrupção do trabalho. Pretendendo prorrogar a jornada com o objetivo de recuperar o atraso na produção, a empresa deverá observar as seguintes condições:</p> <p>(A) jornada máxima de 10 horas pelo período de 30 dias, não havendo necessidade de autorização prévia da autoridade competente.</p> <p>(B) jornada máxima de 10 horas pelo período de 45 dias, não havendo necessidade de autorização prévia da autoridade competente.</p> <p>(C) jornada máxima de 12 horas pelo período de 90 dias, desde que competentemente autorizada.</p> <p>(D) jornada máxima de 12 horas pelo período de 45 dias, não havendo necessidade de autorização prévia da autoridade competente.</p> <p>(E) jornada máxima de 10 horas pelo período de 45 dias, desde que previamente autorizada pela autoridade competente.</p>	<p>55. Em relação ao aviso prévio, é correto afirmar que</p> <p>(A) não é retratável, por romper o contrato de trabalho.</p> <p>(B) é retratável, independentemente da vontade da outra parte.</p> <p>(C) as faltas do empregado não serão descontadas durante o cumprimento do aviso prévio.</p> <p>(D) é indevido, no caso de dispensa indireta.</p> <p>(E) sua reconsideração é possível, mas condiciona-se à vontade da outra parte.</p>
<p>53. Pela retenção de sua Carteira de Trabalho e Previdência Social por período superior a 48 horas e posterior devolução sem as devidas anotações, um empregado apresentou reclamação perante a Delegacia Regional do Trabalho, que convocou a empresa a prestar esclarecimentos ou efetuar as anotações, ocasião na qual esta negou a existência de relação de emprego. Nessa hipótese,</p> <p>(A) o processo será encaminhado à Justiça do Trabalho que, depois de tentativa de acordo, prosseguirá com a instrução e posterior julgamento.</p> <p>(B) a DRT prosseguirá com a lavratura do auto de infração e fará as devidas anotações.</p> <p>(C) o processo administrativo será arquivado, mas o empregado poderá requerer indenização por danos morais.</p> <p>(D) o Ministério Público do Trabalho será chamado a intervir.</p> <p>(E) o processo administrativo será arquivado e o empregado poderá, se quiser, ajuizar reclamação trabalhista para reconhecimento do vínculo.</p>	<p>56. Há suspensão do contrato de trabalho na hipótese de afastamento do empregado em virtude de</p> <p>(A) aposentadoria por invalidez.</p> <p>(B) licença por motivo de casamento.</p> <p>(C) licença paternidade.</p> <p>(D) licença por motivo de luto.</p> <p>(E) realização de exame vestibular.</p> <p>57. O <i>factum principis</i> ocorre quando há</p> <p>(A) falência da empresa.</p> <p>(B) extinção da empresa.</p> <p>(C) extinção da empresa por motivo de força maior.</p> <p>(D) paralisação temporária do trabalho por motivo de força maior.</p> <p>(E) paralisação temporária ou definitiva do trabalho por intervenção do Estado.</p>

<p>58. São consideradas de sobreaviso as horas</p> <p>(A) em que o trabalhador permanece à disposição do empregador dentro das dependências da empresa, remuneradas com 50% de acréscimo sobre o salário normal.</p> <p>(B) em que o empregado permanece à disposição do empregador em horário de trabalho, porém aguardando ordens, não se integram ao salário nem possuem qualquer acréscimo.</p> <p>(C) extras, acrescidas do adicional normativo.</p> <p>(D) em que o trabalhador permanece à disposição do empregador além de seu horário normal de trabalho, aguardando ordens, remuneradas à razão de 1/3 do salário normal.</p> <p>(E) necessárias ao deslocamento até o local de trabalho e vice-versa e que integram a jornada de trabalho.</p>	<p>62. Em relação às Comissões de Conciliação Prévia, a Lei nº 9.958/2000 estabelece que</p> <p>(A) as empresas e os sindicatos podem instituir a Comissão, de composição paritária, compostas de representantes dos empregados e dos empregadores, com a atribuição de proceder à arbitragem dos conflitos individuais de trabalho.</p> <p>(B) a Comissão instituída no âmbito do sindicato terá sua constituição e normas de funcionamento definidas no estatuto do sindicato.</p> <p>(C) a Comissão instituída no âmbito da empresa será composta de, no mínimo, 2 e, no máximo, 10 membros.</p> <p>(D) é vedada a dispensa dos membros da Comissão, titulares e suplentes, até o final do mandato, salvo se cometerem falta grave, nos termos da lei.</p> <p>(E) as Comissões têm o prazo de 48 horas para a realização da sessão de tentativa de conciliação, a partir da provocação do interessado.</p>
<p>59. Com relação ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, é correto afirmar que</p> <p>(A) a conta vinculada do trabalhador pode ser movimentada após cinco anos ininterruptos sem créditos.</p> <p>(B) o empregador deverá pagar ao empregado, na rescisão do contrato de trabalho por força maior e por culpa recíproca, multa indenizatória de 20% sobre todos os depósitos realizados na conta vinculada do FGTS.</p> <p>(C) a conta vinculada do trabalhador temporário não pode ser movimentada por ocasião da extinção normal do contrato de trabalho a termo.</p> <p>(D) o regime do FGTS pode ser estendido, por iniciativa da empresa, aos diretores não empregados.</p> <p>(E) o empregado que se aposenta e continua a prestar serviços à mesma empresa não pode movimentar a conta vinculada do FGTS.</p>	<p>63. Um reclamante ajuizou ação trabalhista postulando o reconhecimento do vínculo de emprego e consectários. No juízo de primeiro grau, o pedido foi julgado improcedente. Interposto recurso ordinário, o vínculo foi declarado no segundo grau e os autos foram devolvidos à Vara de origem para julgamento dos demais pedidos. Proferida a sentença, recorre a reclamada. Nessa hipótese,</p> <p>(A) o Tribunal poderá examinar novamente o pedido de vínculo e até mesmo rejeitá-lo, tendo em vista que o recurso devolve toda a matéria à instância superior.</p> <p>(B) o Tribunal poderá examinar novamente o pedido de vínculo e até mesmo rejeitá-lo, tendo em vista o princípio do devido processo legal.</p> <p>(C) somente se discutirá a matéria relativa ao vínculo se expressamente prequestionada.</p> <p>(D) somente se discutirá a matéria relativa ao vínculo se ficar demonstrada a divergência jurisprudencial dentro do mesmo Tribunal.</p> <p>(E) a matéria relativa ao vínculo de emprego não poderá ser discutida novamente pelo Tribunal.</p>
<p>60. As novas normas trabalhistas, a partir do momento de sua promulgação, por serem de aplicação imediata,</p> <p>(A) atingem os contratos em curso.</p> <p>(B) não atingem os contratos em curso.</p> <p>(C) são sempre retroativas.</p> <p>(D) não garantem o direito adquirido.</p> <p>(E) sujeitam-se à vontade das partes contratantes.</p>	<p>64. Considere as afirmativas:</p> <p>I. Na liquidação, não é possível modificar ou inovar a sentença nem discutir matéria pertinente à causa principal.</p> <p>II. A execução da sentença pode ser promovida <i>ex officio</i> pelo Juiz.</p> <p>III. A iniciativa para promover a execução da sentença é exclusiva das partes.</p> <p>IV. Garantida a execução, terá o executado o prazo de 8 dias para apresentar embargos.</p> <p>Está correto APENAS o que se afirma em</p> <p>(A) I.</p> <p>(B) II.</p> <p>(C) III.</p> <p>(D) I e II.</p> <p>(E) I, III e IV.</p>
<p>61. O trabalho em regime de tempo parcial pressupõe jornada de até</p> <p>(A) 4 horas diárias e proibição da realização de horas extras.</p> <p>(B) 4 horas diárias e realização de horas extras somente se houver previsão em norma coletiva.</p> <p>(C) 20 horas semanais e realização de horas extras somente se houver previsão em norma coletiva.</p> <p>(D) 25 horas semanais e proibição de horas extras.</p> <p>(E) 30 horas semanais e proibição de horas extras.</p>	

65. No processo do trabalho, a compensação
- (A) pode ser feita entre parcelas decorrentes de títulos diferentes.
  - (B) não pode ser aplicada, tendo em vista a natureza alimentar dos salários.
  - (C) só pode ser alegada como matéria de defesa.
  - (D) só pode ser alegada enquanto não for proferida a sentença.
  - (E) pode ser alegada na fase de liquidação da sentença.

66. Um reclamante ajuíza ação trabalhista pretendendo o pagamento de horas extras. Em defesa, a reclamada reconhece a jornada declinada pelo autor, juntando aos autos prova da existência de regular acordo escrito prevendo a prorrogação de jornada, em decorrência da supressão do trabalho aos sábados. Nesse caso, a ré opôs fato
- (A) extintivo do direito do autor.
  - (B) impeditivo do direito do autor.
  - (C) modificativo do direito do autor.
  - (D) que contém prova negativa.
  - (E) que contém prova emprestada.

67. Com relação aos atos processuais, é correto afirmar que
- (A) realizam-se em dias úteis até às 18 horas.
  - (B) as certidões dos processos trabalhistas sempre dependem de despacho do juiz.
  - (C) as audiências não podem ultrapassar o período de seis horas consecutivas, salvo quando houver matéria urgente.
  - (D) a reclamação verbal será distribuída antes de sua redução a termo.
  - (E) apenas em casos excepcionais e mediante autorização expressa do juiz, a penhora pode ser realizada até às 20 horas.

68. No procedimento sumaríssimo, os prazos para solução do processo, manifestação sobre o laudo pericial e apresentação de razões finais são, respectivamente, de
- (A) 15 dias, 5 dias comuns, não há razões finais.
  - (B) 15 dias, 5 dias para cada parte, 10 minutos.
  - (C) 20 dias, a critério do Juiz, 15 minutos.
  - (D) 20 dias, a critério do Juiz, não há razões finais.
  - (E) 30 dias, 5 dias comuns, 20 minutos.

69. A sentença *ultra petita* é
- (A) integralmente nula.
  - (B) parcialmente nula.
  - (C) inexistente.
  - (D) válida.
  - (E) destituída de fundamentação.

70. A revisão das decisões que fixarem condições de trabalho poderá ser pleiteada após
- (A) um ano de sua vigência.
  - (B) seis meses de sua vigência.
  - (C) dezoito meses de sua vigência.
  - (D) vinte meses de sua vigência.
  - (E) dois anos de sua vigência.